



AS FACULDADES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAETERJs) COMO AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

José dos Santos Souza | UFRRJ | jsantos@ufrj.br

Izabela Rodrigues da Costa | PPGEduc/UFRRJ | izardct@gmail.com

Jeanne Emília Coutinho | FAETEC/RJ | supeducjeannecoutinho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Rio de Janeiro (REEPT/RJ), formada por instituições de educação profissional e tecnológica espalhadas por 63 municípios fluminenses. Essa rede de ensino foi instituída a partir de fomento do governo federal por intermédio de ações decorrentes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), de 1997, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Também faz parte desses desdobramentos a regularização dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), de curta duração, de currículo enxuto, orientados pela perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana, focados nas demandas imediatas do mercado.

A institucionalização REEPT/RJ se deu pela criação da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC/RJ), uma autarquia que assumiu a gestão das instituições de ensino, inclusive das Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJs), que são as únicas instituições de ensino públicas do estado a ofertar CSTs.

O objeto de nossa análise é a estruturação das FAETERJs no estado fluminense. Nosso objetivo é explicitar o papel dessas instituições públicas de ensino na divisão do trabalho na educação superior do estado do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere à formação de tecnólogos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa básica cuja análise foi referenciada no materialismo histórico-dialético, que se utilizou de fontes bibliográficas primárias e secundárias para coleta de dados, tais como: documentos oficiais de organismos supranacionais; documentos do Governo Federal, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da FAETEC/RJ; documentos das FAETERJs (Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI), Projetos





Pedagógicos de Curso (PPC), Regimentos Institucionais etc.). Tais características lhe inserem na categoria de uma pesquisa documental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em resposta ao esgotamento do modelo de desenvolvimento taylorista/fordista desde os anos de 1970, a burguesia renovou seus mecanismos de acumulação de capital, adotando os princípios da produção enxuta e flexível como paradigma de organização do trabalho e da produção (Antunes, 2018). Na dimensão superestrutural, o receituário neoliberal, mediado pela Terceira Via, tem sido propagado como perspectiva do papel do Estado e de sua relação com a sociedade, de modo a reorientar o uso do fundo público e garantir condições renovadas para garantir o consenso necessário na sociedade para a manutenção da hegemonia burguesa.

No cenário brasileiro, o neoliberalismo despontou nos anos que sucederam o fim do regime militar, ganhando status de programa de governo com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989; sendo estruturado com a condução de Itamar Franco à presidência (1992-1994); consolidando-se nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); tendo seu desenvolvimento nos governos de Lula da Silva (2003-2006 e 2007 a 2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016). Suas premissas foram as de participação mínima do Estado na economia, fomento às privatizações, livre comércio e redução da despesa pública com políticas sociais (Souza, 2021).

O campo educacional, não ficou imune a essas mudanças, pois sofreu ampla reestruturação orientada pelo receituário neoliberal. Formam inúmeras as ações governamentais em parceria com o empresariado, sempre afinadas com os organismos supranacionais, para reorientar a gestão educacional, os currículos e os métodos de ensino e aprendizagem, segundo à lógica mercantil. Essas ações têm se configurado como contrarreformas que limitam conquistas históricas da classe trabalhadora no campo educacional, uma vez que despolitizam a educação, neutralizam seu caráter emancipatório, promovem o neotecnicismo disfarçado em inovação tecnológica na educação, atualizam a perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana e garantem a manutenção da velha dualidade do ensino em condições renovadas. Assim, em um cenário de disputa por hegemonia no âmbito educacional, o Estado brasileiro responde positiva e ativamente às orientações dos organismos supranacionais e do





setor empresarial, fazendo com que o mercado se torne o principal referência na definição dos rumos da educação brasileira (Souza; Macedo, 2024).

Os organismos supranacionais têm exercido importante protagonismo nas políticas educacionais no Brasil. A partir dos anos 1990, passaram a propor a prioridade da formação profissional alinhada às necessidades do mercado (Souza, 2024). Nessa perspectiva, em 1997, o Ministério da Educação implantou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse Programa teve incentivo financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 250 milhões, somados a mais US\$ 250 milhões do governo brasileiro. Ele visava desenvolver ações integradas entre a Educação Básica, Educação Profissional e o mercado de trabalho (Souza, 2022).

Os CSTs surgem nesse contexto de mudanças estruturais e superestruturais do estágio atual do capital inerentes ao interesse empresarial. Eles materializam as intencionalidades do PROEP cujo objetivo era modernizar e expandir a educação profissional no Brasil em todos os níveis, alinhado ao que já estava garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). Os CSTs representam a concretização do ideal burguês de educação superior para a classe trabalhadora, caracterizando-se pelo enxugamento curricular e redução do tempo de formação, com ênfase no empreendedorismo, na empregabilidade e na sustentabilidade.

É nesse conjunto de mudanças que a política de Educação Profissional e Tecnológica do estado do Rio de Janeiro impulsiona o desenvolvimento dos CSTs, criando a FAETEC/RJ, responsável pela administração da REEPT/RJ.

A inserção do ensino superior na REEPT/RJ teve início com a incorporação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), em 1997. Essa incorporação evidenciou a necessidade de dotar a REEPT/RJ de capacidade técnica voltada para a formação de professores. Com essa demanda, o IERJ foi transformado, em 1999, em Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (ISERJ), visando à oferta do Curso Normal Superior.

A oferta desse tipo de curso superior pela REEPT/RJ, para a profissionalização de docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental, ocorre simultaneamente ao desenvolvimento de ações do Governo Federal para estruturar e expandir a educação profissional tecnológica por meio dos CSTs, processo intensificado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Souza, 2022). Observamos também que, nesse período, ocorre





a institucionalização do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SISTEC), com a transformação das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), abrindo caminho para a implantação de cursos superiores na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Atualmente, a REEPT/RJ está presente em 63 municípios fluminenses. No entanto, as unidades que ofertam ensino superior se limitam a 11, localizadas em 6 regiões distintas. Nesse cenário, destacam-se o ISERJ e o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), que oferecem licenciatura em Pedagogia, diferenciando-se das FAETERJs.

Constatamos que nem todas as FAETERJs ofertam. Das 9 unidades, 3 oferecem exclusivamente Curso de Licenciatura em Pedagogia, são elas: FAETERJ Bom Jesus do Itabapoana, FAETERJ Santo Antônio de Pádua e FAETERJ Itaperuna. Essas 3 instituições estão localizadas na Região Noroeste Fluminense. Isso suscita questionamentos sobre sua adequação à REEPT/RJ, considerando que o Curso de Licenciatura em Pedagogia não se enquadra no modelo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) cujo foco é desenvolver competências técnicas voltadas para o mercado de trabalho.

A presença de Cursos de Licenciatura em Pedagogia em três FAETERJs reforça a posição diferenciada dessas instituições na Rede e reflete certa incoerência na política estadual de ampliação e diversificação da oferta de CSTs no estado. Percebe-se certa ausência de direcionamento claro quanto ao papel das FAETERJs na política estadual de ampliação e diversificação da oferta de CSTs. Isso, inclusive, afeta tanto a identidade das FAETERJs quanto a da própria REEPT/RJ, além de comprometer a articulação das políticas educacionais voltadas à expansão da educação tecnológica.

Outro aspecto perceptível é a falta de clareza acerca da institucionalidade das FAETERJs e sua autonomia administrativa. Como praticamente todas essas instituições foram implantadas no mesmo espaço físico de alguma Escola Técnica Estadual (ETE), nos documentos analisados, não há informação acerca da especificidade de cada dessas instituições, especialmente sobre os limites de cada uma na utilização do espaço. Foram detectados alguns indícios de que a gestão do espaço é competência do diretor da ETE, o que sugere certa subordinação hierárquica do dirigente da FAETERJ ali implantada. Até o momento, não conseguimos ter acesso a nenhum organograma que nos permitisse uma apreensão clara da hierarquia entre essas duas gestões





institucionais em um mesmo espaço. Todavia, está bastante evidente que a visibilidade externa está focada na ETE ali instituída e muito pouco para a FAETERJ.

Também é perceptível a falta de organicidade entre as diferentes FAETERJs, inclusive no que se refere ao modelo de gestão e a autonomia institucional. Pelos documentos analisados, percebe-se que essas instituições seguem determinações da FAETEC/RJ, restando-lhes pouquíssima autonomia administrativa, mas este aspecto precisa de dados mais consistentes para ser confirmado. Talvez a aplicação de entrevistas semiestruturadas possa dar conta disso.

No estágio atual da investigação, os resultados indicam que a REEPT/RJ foi estruturada e orientada para contribuir para formação de trabalhadores de novo tipo em um contexto de surgimento de novas demandas de formação e de qualificação profissional, devido as mudanças na organização do trabalho e da produção, bem como no papel do Estado e na sua relação com a sociedade. Essa estruturação tem sido orientada pelas ideologias do empreendedorismo, da empregabilidade e da sustentabilidade, segundo a perspectiva mercantil, sempre voltada para os interesses empresariais. Embora a REEPT/RJ tenha suas especificidades, como por exemplo a oferta de Cursos de Licenciatura em Pedagogia, é fato que sua estruturação se assemelha à estrutura da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que evidencia a materialidade da política de fomento empreendida por essa esfera governamental para ampliar a educação profissional e tecnológica nos estados da Federação.

4. CONCLUSÃO

Por fim, os dados nos permitem concluir, ainda que preliminarmente, que a estruturação da REEPT/RJ é resultado de uma política desencadeada pelo governo federal a partir dos anos 2000, conforme as orientações dos organismos supranacionais, especialmente o Banco Mundial. Embora a rede de ensino analisada não tenha participação significativa na oferta total de vagas em CSTs no estado, considerando que a maior parte delas é ofertada pela iniciativa privada e na modalidade de Educação à Distância, no aspecto qualitativo, não se pode desconsiderar a relevância da política do governo do estado do Rio de Janeiro para ampliar e diversificar a educação profissional tecnológica, especialmente pela interiorização de suas instituições de ensino superior tecnológico, as FAETERJs.





REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 2018.

BRASIL. **Lei nº 2735 de 10 de junho 1997**. Altera a Lei nº 1.176, de 21 de junho de 1987, dispõe sobre o quadro permanente de pessoal da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e dá outras providências. Rio de Janeiro (RJ) 1997. Disponível em: [\[http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/lei_2735_10061997.html\]](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/lei_2735_10061997.html) . Acesso em 05 junho. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em 02 abril. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Portaria nº 1005 de 10 de setembro de 1997**. Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP. Brasil-Brasília. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1005_97.pdf. Acesso em: 4 abril. 2025.

SOUZA, José dos Santos. A educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-27, 22 jul. 2022.

SOUZA, José dos Santos. **Cursos Superiores de Tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil**. Trabalho Necessário, v. 18, p. 320-342, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42812/24110>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SOUZA, José dos Santos; MACEDO, Jussara Marques de (Orgs.) **Crise do capital, recomposição burguesa e sua ofensiva no campo educacional**. Curitiba. Editora CRV. 2021.

SOUZA, José dos Santos; MACEDO, Jussara Marques de. **Hegemonia da perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana na política de educação profissional tecnológica brasileira**. Revista Cocar, Belém, ed. especial, n. 29, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9244/3926>. Acesso em: 02 abril. 2025.

